



RESENHA

Livro: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.) **Belo Monte e a questão indígena**. Brasil: ABA, 2014.

Sara Alonso - Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Professora de la Facultat de Comunicació/Blanquerna/Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha. E-mail: sa17alonso@yahoo.es

Belo Monte e a Questão Indígena, objeto desta resenha, é uma coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn, editada pela ABA Publicações, Brasil 2014. O livro é parte e resultado dos esforços levados a termo pela Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com a finalidade de organizar e apresentar um dossiê completo sobre Belo Monte e as repercussões para as populações indígenas que vivem na região Amazônica, a partir de uma análise dos múltiplos aspectos dos impactos das obras, sobre essas populações.

Nesse contexto, o livro pretende explicitar também a atuação e o reconhecimento que tem a CAI no campo de ação indigenista, assim como as discontinuidades históricas dessa atuação. Neste sentido, o livro pode ser traduzido como expressão textual da função pró-ativa (ou positiva) da CAI a partir do processo de abertura democrática na sociedade brasileira. Trata-se de ações voltadas para fora, para a opinião pública, seja na viabilização dos direitos indígenas, seja nas políticas públicas dirigidas a estes povos, ampliando, dessa forma, a linha de crítica e denúncia efetuada especialmente durante os governos militares. É dentro desse quadro de atuação positiva que assume grande relevância o debate de Belo Monte e suas repercussões para as populações indígenas e ribeirinhas que vivem nessa região.

O livro inclui 17 textos, escritos por especialistas de diferentes formações e com graus e posições diferentes no campo acadêmico e/ou político (entre estes, antropólogos, cientistas sociais, ambientalistas, advogados) e por outros estudiosos, técnicos ou consultores de estudos de impacto, além de depoimentos de lideranças e membros das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento.

Dado o volume e a diversidade de textos que a coletânea inclui, assim como as próprias características desta, o presente trabalho não busca realizar uma análise dos textos, se limita a abordar alguns pontos, especialmente aqueles que, pensamos, dão unidade ao livro e, ao mesmo tempo, expressam sua relevância no conjunto da problemática tratada.

Sublinhamos a lógica inserida na construção da estrutura narrativa do livro que sugere certa hierarquia temática que é parte e resultado constitutivo da problemática em questão e, em última instância, indicativa de pressupostos organizadores de realidade social, num sentido geral ou global e, em particular, no Brasil.

Isso se manifesta de forma exemplar no prólogo da coletânea, escrito por Bela Feldman-Bianco, antropóloga e presidente da ABA na gestão 2011 a 2012¹. A autora comenta neste texto o caráter exemplar da coletânea por retratar uma situação emblemática das políticas desenvolvimentistas, das mobilizações dos povos indígenas em defesa de seus territórios assim como da própria atuação da Associação Brasileira de Antropologia. Igualmente situa a problemática, na atual conjuntura mundial de “acumulação de capital”, cuja lógica de produção de desigualdades é resultado da implementação das políticas desenvolvimentistas e/ou neoliberais, expressado, por exemplo, através das migrações transnacionais, remoções de populações de seus territórios (FELDMAN-BIANCO, 2014: 10-11).

Seguindo essa linha de argumentação destacamos a construção da estrutura narrativa do livro em três partes, com um prévio apartado introdutório que inclui três textos. O primeiro, já referido, escrito por Bela Feldman-Bianco, apresenta a coletânea, seguido dos textos elaborados pelos organizadores da Coletânea, João Pacheco de Oliveira, antropólogo e presidente da CAI, e Clarice Cohn, antropóloga e membro da CAL.

O trabalho de João Pacheco intitulado “ABA e a questão da Belo Monte”, delinea uma breve cronologia das disputas e ações relacionadas à construção da Belo Monte, com base na análise de documentos também disponíveis no site da ABA, resultado do acompanhamento e atuação da CAI nesse debate, especialmente a partir de 2009. Foi nesse momento que a CAI começou a se

¹ Foi na gestão da Bela Feldman Bianco, e através do seu apoio, que o trabalho foi iniciado e em grande parte realizado.

manifestar criticamente em relação ao descumprimento da Convenção 169, exigindo que as populações afetadas fossem antecipadamente informadas e consultadas sobre a construção da UHE Belo Monte e de suas consequências. Entre outros aspectos, o autor destaca ações e disputas que põem em evidência a violação de direitos de pessoas coletivas que ali habitam (algumas desde épocas imemoriáveis) e, também, alerta dos efeitos letais que podem ter para essas populações o incumprimento das obrigações do Estado para com elas.

O texto escrito por Clarice Cohn contextualiza a produção do dossiê em 2010, quando foi realizado o leilão para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O dossiê conta a história recente do processo de licenciamento e dos impactos da UHE Belo Monte na questão indígena, porém situando historicamente o projeto Belo Monte na época da ditadura, como sendo a continuidade do projeto conhecido por Kararaô, paralisado pelas pressões internacionais e/ou pelo encontro dos povos indígenas do Xingu realizado em Altamira em 1989.

A primeira parte do livro, intitulada “Uma Visão Geral”, inclui oito textos produzidos por especialistas de diferentes âmbitos de formação (dois ambientalistas, três advogados, um jornalista, três antropólogos e um historiador).

Dando continuidade à lógica narrativa que estrutura e dá unidade à coletânea, os oito textos refletem a respeito das ações relacionadas com as instâncias de poder ou “grandes temáticas”, com diferentes focos e de acordo com dois eixos aparentemente em oposição, o estrutural, denominado “objetivo”, e o “subjetivo”, isto é, dos sujeitos, objetos dos direitos.

Ambos os eixos se manifestam através das ideias que estruturam alguns dos conceitos formulados nos títulos “Planejamento às avessas”; “Projetos de grande escala”; “Significados do direito à consulta”; “(Des)cumprimento das condicionantes socioambientais”; “Na luta pelos direitos indígenas”; “Contexto institucional da resistência indígena”; “Mobilizações étnicas na região do rio Xingu”; “Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu”.

Nesse sentido, os quatro primeiros textos indicam uma ideia estrutural de “Poder econômico e político e ideológico” inserida no código relacional que a estrutura e, ao mesmo tempo, alertam sobre diferentes perigos que ocultam as teorias modernizadoras destes grandes empreendimentos. Os outros quatro textos têm a clara intenção de explicitar a ideia de poder através da “resistência e da luta” dos sujeitos políticos em posições desfavoráveis, num contexto de disputa em que há um grau elevado de desnível na correlação de forças dos agentes envolvidos.

De forma geral, especialmente os quatro primeiros, realizam uma reflexão crítica sobre diferentes pontos relacionados (direta ou indiretamente) com as

ações e/ou implicações da construção da Belo Monte, por parte de agentes políticos, seja no campo de atuação da política ambiental, administrativa ou jurídica (lei). Entre estes, destacamos os textos de Marcelo Montañó², intitulado “Planejamento às avessas: os descompassos da Avaliação de Impactos Sociais no Brasil” e o produzido conjuntamente por Jane Felipe Beltrão, Assis da Costa Oliveira e Felício Pontes Jr.³, intitulado “Significados do direito à consulta: povos indígenas versus UHE Belo Monte”.

Tomando como exemplo ilustrativo o licenciamento ambiental da UHE de Belo Monte, Montañó aborda o campo de atuação da política ambiental brasileira e reflete sobre as bases para a ineficiência da avaliação de impactos ambientais e sociais como instrumentos de mediação das decisões relacionadas à implantação de empreendimentos e atividades no país. O autor verifica um embate entre forças que se posicionam como adversárias em torno da condução do modelo de desenvolvimento implementado no país, desequilibrado pelo discurso *acomodativo* que orienta a prática do desenvolvimento sustentável nos dias atuais. Este embate, segundo o autor, responde a uma questão estrutural vinculada ao tratamento desnivelado que é dado aos aspectos econômicos, ambientais e sociais incorporados como variáveis no planejamento de projetos de desenvolvimento (MONTAÑO, 2014: 34; 47-48).

Os autores do segundo texto tomam como referência analítica a ação judicial levada a termo em 2005 pelos povos indígenas, através do Ministério Público Federal do Pará, na qual se questionava a não realização de oitavas aos povos indígenas. Entre outros aspectos, analisam os argumentos e as bases em que se fundamentam os argumentos produzidos durante essa disputa jurídico-judicial relacionada com o direito à consulta no contexto de disputa da UHE Belo Monte.

A segunda parte, intitulada “Belo Monte e a Questão Indígena”, está estruturada em cinco textos produzidos por estudiosos e/ou técnicos, no amplo sentido do termo, a partir de práticas ou experiências de campo realizadas em áreas indígenas afetadas pela construção da UHE de Belo Monte. Focalizam de maneira geral a diversidade de situações ou grupos indígenas afetados pelo empreendimento, como pode ser observado nos títulos “Índios Citadinos de Altamira: lutas, conquistas e dilemas”; Reflexões em torno da vida sociocultural dos Arara da Volta Grande do Xingu”; “Os Juruna no contexto da usina hidrelétrica de Belo Monte”; “O fim do mundo como o conhecemos: os Xikrin do Bacajá”; “Os Arara do Laranjal: uma visão a partir do Iriri”.

² Engenheiro e Coordenador do Núcleo de Estudos de Política Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental (PPG-SEA/EESC/USP).

³ Respectivamente, antropóloga, vice-presidenta da ABA; advogado, professor de Direitos Humanos; e Procurador da República no estado do Pará.

De acordo com a lógica da estrutura narrativa, os textos, como unidade da segunda parte, buscam manifestar as implicações da construção da Belo Monte no contexto da vida local por meio de aspectos supostamente ligados, direta e indiretamente, às ações e pontos de vista dos sujeitos políticos. Através deles, os autores explicitam, por exemplo, elementos da “luta”; interferências negativas do empreendimento na realidade sociocultural dos grupos e, ao mesmo tempo, sugerem condições sociais e uma ideia de poder e/ou de fazer valer as práticas socioculturais dos grupos como sujeitos coletivos, ocupando posições desfavoráveis, no contexto maior das disputas geradas no processo da Belo Monte.

Contudo é na última parte da estrutura narrativa da coletânea intitulada “Com a Palavra, os Indígenas” que os organizadores da coletânea indicam a ideia de poder ou de fazer valer as “vozes” destes grupos e, ao mesmo tempo, explicitam o código que, em última análise, dá unidade à organização do livro e, por extensão, às intenções e proposições deste.

O texto escrito pela antropóloga Cohn apresenta e situa os textos (e/ou depoimentos) em diferentes condições de produção, porém contextualiza esta produção na vivência desses grupos em um dos maiores problemas que decorria do Plano Emergencial. Seguido de dois textos produzidos por técnicos e daqueles criados por lideranças e/ou membros dos grupos indígenas a partir dos seus depoimentos, respectivamente intitulados, “Entrevista com militante das organizações dos indígenas cidadãos de Altamira”; “Desabafo de uma liderança da Terra Wangã-Arara da Volta Grande do Xingu – Altamira-Pará”; “Belo Monte de violações”; “Um grande desastre, principalmente para a cultura”; “O processo de construção de Belo Monte na fala de uma jovem Xikrin”; “Carta produzida e assinada pelos homens da aldeia Bacajá, Terra Indígena Trincheira-Bacajá, segundo fac-símile.

Complementando essa linha de argumentação, ainda que de forma diferente, especialmente pelas posições e/ou condições sociais de produção, os trabalhos dessa terceira parte exemplificam, no limite, “a ideia de dar voz aos outros”, seja através de militantes de organizações indígenas, de diferentes lideranças ou membros das sociedades que habitam nas terras indígenas afetadas pelo empreendimento. Contudo é através do documento final que os organizadores da coletânea não apenas dão fim à sessão quanto ao conjunto da coletânea. Assim, traduzindo e exemplificando essas ideias, como as que dão unidade ao livro, isto é, as ações e “mobilizações das sociedades indígenas” e/ou em torno de Belo Monte e da “questão indígena”.

Não podemos deixar de mencionar o Plano Emergencial, descrito em diferentes capítulos do livro, que foi acordado pela Funai e pela Norte Energia

S.A., tendo em vista os impactos já sofridos por essas populações durante o processo de licenciamento, e que deveria vigorar até o início do Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA), posteriormente conhecido como Programa Médio Xingu. Trata-se de duas medidas estruturadas para atender os povos indígenas. O primeiro define cota de R\$ 30 mil mensais para serem gastos por aldeia da região – num total de 25 aldeias e duas associações – com as chamadas “listas de compra”, em que se pode pedir de tudo, e outros R\$ 50 mil anuais a serem gastos com projetos culturais. O PBA estabelece planos, programas e projetos a serem realizados a médio e longo prazo para melhoria das condições de vida dos povos indígenas. Conforme a argumentação que faz a antropóloga Cohn na sua apresentação, um ano após a elaboração dos textos (2012), o Plano Emergencial se encerrou, ainda que o PBA indígena não tenha efetivamente iniciado e o rio se encontre já praticamente fechado (Op. cit., 297).

Nesse contexto, cabe sublinhar as mobilizações dos indígenas do Médio Xingu realizadas em junho de 2012 ocupando a ensecadeira, um dos três sítios de construção da barragem, que estava sendo levantada para fechar o rio no Sítio Pimental. Em geral, a produção do livro como um todo também nos indica que, ainda com posições muito desfavoráveis no conjunto das forças, políticas e simbólicas, as sociedades indígenas do Xingu, em particular, e de outras regiões, como os Mundurucu do rio Tapajós, têm implementado práticas que geraram graus elevados de organização e/ou de mobilização políticas. Cabe sublinhar a construção simbólica do espaço da Belo Monte como parte e resultado constitutivo dessas mobilizações. Neste sentido, destacamos a marcha dos Mundurucu do Tapajós em abril de 2013 até o espaço da Belo Monte, usado em um contexto de disputa, como símbolo de protesto contra a construção de hidrelétricas projetadas na própria região do rio Tapajós, buscando criar com o governo algum tipo de diálogo quanto a essa construção.

À guisa de conclusão desta resenha, destacamos a relevância do livro não apenas como análise e “vozes” de uma conjuntura histórica de interesses conflitantes entre grandes projetos de hidrelétrica e o conjunto das sociedades indígenas que ali habitam, mas também, como indicam seus organizadores, como subsídio para duas questões fundamentais que levanta o texto. Por um lado, o emergente debate em torno da conceituação e operacionalização da consulta prévia e esclarecida relativa à implementação dos grandes projetos desenvolvimentistas, como hidrelétricas. Por outro, o debate público, democrático e transparente, fundamentado em dados analíticos com base em pesquisas científicas, sobre as formas de manejo e ocupação da Amazônia, mais de acordo com a região, isto é, considerando as peculiaridades do ecossistema e os direitos e projetos de futuro das populações ali residentes.

Texto submetido à Revista em 09.03.2015

Aceito para publicação em 11.06.2015